

Ciências Humanas

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE INTERFACES DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS E AGRÁRIAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Larissa Freitas dos Santos, Jhones da Silva Lima, Maria do Socorro Bezerra de Lima, Vanuza Pereira Ney, Natália Machado Vilaça

O município de Campos dos Goytacazes apresenta um quadro de sustentabilidade ambiental bastante comprometido pelas dinâmicas econômicas desenvolvidas em seu território, sobretudo aquelas de uso intensivo como o cultivo da cana e a pecuária extensiva. Neste contexto, a criação de Unidades de Conservação (UCs) é um instrumento importante da política ambiental para o controle/manutenção/recuperação dos recursos naturais, uma vez que o esgotamento, retirada e/ou uso inadequado compromete as funções e estruturas dos ecossistemas locais. Entretanto, nem sempre a implantação de UCs significa a resolução da problemática socioambiental, ao contrário naqueles casos em que aspectos sociais e culturais são desconsiderados, conflitos de natureza distintas podem aflorar, pois estão em disputa diferentes concepções de natureza e de uso dos recursos naturais. Nesse sentido, o principal objetivo do projeto foi compreender as dinâmicas institucionais agrárias e ambientais que envolvem a criação de áreas protegidas no município e, os conflitos daí decorrentes. A metodologia utilizada consistiu no mapeamento das UCs e demais áreas protegidas por lei, no levantamento de documentos oficiais e no levantamento em jornais locais, este último com o intuito de identificar os conflitos ambientais e os atores sociais envolvidos na dinâmica de criação das UCs. A partir desse levantamento foram identificadas e mapeadas cinco Unidades de Conservação; bem como os atores sociais e conflitos que envolvem/envolverem a criação destas áreas protegidas. Observou-se que as dinâmicas das políticas públicas agrárias e ambientais adotadas são frágeis e, em muitos casos tem colaborado para o acirramento de conflitos socioambientais. Estes conflitos decorrem da sobreposição de uso do território e da disputa dos atores sociais (pescadores artesanais, agricultores, instituições governamentais e empresas privadas) pelo seu controle. A gestão e o manejo das UCs e as áreas de seu entorno é um dos desafios do poder público municipal, já que a exceção do Parque Nacional do Desengano, cuja gestão é estadual, nenhuma outra unidade de conservação criada dispõe de um plano de manejo. A ausência deste documento, a falta de diálogo entre as instituições governamentais, a baixa capacidade de fiscalização e a demora na elaboração do plano de manejo demonstra o longo caminho que o município ainda tem a percorrer.

Palavras-chave: unidades de conservação, conflitos socioambientais, sinergia Instituição de fomento: FAPERJ

Email: nati.vilaca@hotmail.com